



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 36ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**10/07/2025
QUINTA-FEIRA
às 09 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senadora Damares Alves
Vice-Presidente: Senadora Mara Gabrilli**



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/07/2025.**

36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quinta-feira, às 09 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Debater os impactos do Empréstimo Consignado com lastro no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nos direitos dos trabalhadores, segurança financeira e política habitacional, à luz da relação indissociável entre Direitos Humanos e Direito do Trabalho.	8

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC 3303-2200	1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(1)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Giordano(MDB)(10)(1)	SP 3303-4177	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Zequinha Marinho(PODEMOS)(10)(3)	PA 3303-6623
VAGO(12)(10)(3)		4 Styvenson Valentim(PSDB)(10)(3)	RN 3303-1148
Marcos do Val(PODEMOS)(8)(10)	ES 3303-6747 / 6753	5 Marcio Bittar(UNIÃO)(12)(8)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Plínio Valério(PSDB)(10)(9)	AM 3303-2898 / 2800	6 VAGO(9)(23)(19)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)			
Cid Gomes(PSB)(13)	CE 3303-6460 / 6399	1 Flávio Arns(PSB)(4)	PR 3303-6301
Jussara Lima(PSD)(4)	PI 3303-5800	2 Pedro Chaves(MDB)(24)(4)	GO 3303-2092 / 2099
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	3 VAGO	
VAGO(22)(20)		4 VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Jaime Bagattoli(PL)(2)	RO 3303-2714	1 Eduardo Girão(NOVO)(2)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
Magno Malta(PL)(2)	ES 3303-6370	2 Romário(PL)(2)	RJ 3303-6519 / 6517
Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148	3 Jorge Seif(PL)(15)	SC 3303-3784 / 3756
Astronauta Marcos Pontes(PL)(14)	SP 3303-1177 / 1797	4 Flávio Bolsonaro(PL)(16)	RJ 3303-1717 / 1718
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)			
Fabiano Contarato(PT)(6)(21)(17)(18)	ES 3303-9054 / 6743	1 Weverton(PDT)(6)(17)	MA 3303-4161 / 1655
Rogério Carvalho(PT)(6)(17)	SE 3303-2201 / 2203	2 Augusta Brito(PT)(6)(17)	CE 3303-5940
Humberto Costa(PT)(17)	PE 3303-6285 / 6286	3 Paulo Paim(PT)(6)(17)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Tereza Cristina(PP)(5)(11)	MS 3303-2431	1 Laércio Oliveira(PP)(5)	SE 3303-1763 / 1764
Damares Alves(REPUBLICANOS)(5)	DF 3303-3265	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentin, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN).
- (12) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
- (13) Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
- (14) Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
- (15) Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG).
- (16) Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG).
- (17) Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
- (18) Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
- (19) Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
- (20) Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
- (21) Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
- (22) Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
- (23) Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).
- (24) Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00
SECRETÁRIO(A): DIMITRI MARTIN STEPANENKO
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-2005
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cdh@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 10 de julho de 2025
(quinta-feira)
às 09h30

PAUTA

36ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Atualizações:

1. Confirmação de convidados. (04/07/2025 14:35)
2. Atualização de convidados. (07/07/2025 17:27)
3. Atualização de convidados. (08/07/2025 18:06)

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Debater os impactos do Empréstimo Consignado com lastro no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nos direitos dos trabalhadores, segurança financeira e política habitacional, à luz da relação indissociável entre Direitos Humanos e Direito do Trabalho.

Observações:

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da ouvidoria 0800 061 22 11.

Requerimento de realização de audiência:

- [REQ 57/2025 - CDH](#), Senadora Damares Alves

Convidados:

Ivo Mósca

Representante da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN

Presença Confirmada

Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior

Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego

Presença Confirmada

Reinaldo Domingos

Presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira - ABEFIN

Presença Confirmada

Raimundo Nonato de Oliveira Filho

Presidente da Associação Brasileira de Defesa dos Clientes de Operações Financeiras e Bancárias (ABRADEB)

Presença Confirmada

Patrícia Bettin Chaves

Defensora Pública - Defensoria Pública da União - DPU

Videoconferência Confirmada

Pâmela Analia Costa de Oliveira

Coordenadora Geral do Departamento de Provisão Habitacional do Ministério das Cidades

Presença Confirmada

Representante do Ministério Público Federal – MPF*Ausência Confirmada***Representante do MPT***Ausência Confirmada*



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos do Empréstimo Consignado com lastro no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nos direitos dos trabalhadores, segurança financeira e política habitacional, à luz da relação indissociável entre Direitos Humanos e Direito do Trabalho.

Os direitos humanos e o direito do trabalho estão intrinsecamente ligados, e o acesso a um trabalho digno, à proteção social (incluindo o FGTS) e à moradia são direitos fundamentais que não podem ser comprometidos por mecanismos de crédito que fragilizem a situação do trabalhador. Esta Comissão tem o dever de atuar na proteção do consumidor-trabalhador, garantindo que o direito à remuneração justa e à existência digna não seja corroído por condições abusivas de crédito. Será destacado que a audiência busca promover a justiça e a equidade nas relações que envolvem os recursos do FGTS.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante Ministério do Trabalho e Emprego;
- representante Ministério das Cidades;
- representante Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN);
- representante Associação Brasileira de Defesa dos Clientes de Operações Financeiras e Bancárias (ABRADEB);



- representante Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira (ABEFIN);
- representante Ministério Público Federal (MPF);
- representante Defensoria Pública da União (DPU).

JUSTIFICAÇÃO

A matéria é de notório e relevante interesse público, e sua análise na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) é imperativa, dada a profunda intersecção com os direitos sociais, a dignidade da pessoa humana e a proteção dos mais vulneráveis. Preocupa esta Comissão a discrepância entre a taxa referencial anunciada pelo MTE (próxima de 1,7% ao mês) e a taxa média efetivamente praticada, que chegou a 3,94% ao mês em abril de 2025 - mais que o dobro das taxas cobradas a aposentados e servidores públicos. Tal desalinhamento de expectativas impõe uma reavaliação da estratégia adotada pelo Poder Executivo.

A discussão se faz urgente diante do crescente aumento de adesões desde o lançamento em 21 de março, pois conforme divulgado pela Agência Gov - EBC, em 06/06/25, o Crédito do Trabalhador já movimentou mais de R\$ 14 bilhões em 25 milhões de contratos. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam que 62,66% das operações estão concentradas em trabalhadores que recebem até quatro salários mínimos. Além disso, trabalhadores com contratos antigos de empréstimos consignados poderão migrar para o Crédito do Trabalhador. estimativa é que existam cerca de 3,8 milhões de contratos antigos, totalizando aproximadamente R\$ 40 bilhões, e grande parte desse montante deve ser transferida para a nova modalidade.

Para fundamentar essas preocupações, a recente pesquisa "O real impacto do novo modelo de Crédito Consignado na vida dos brasileiros", realizada pela Associação Brasileira de Profissionais de Educação Financeira (ABEFIN) em parceria com o Instituto Axxus de Pesquisas (ligado à UNICAMP), corrobora essas preocupações e evidencia a urgência do debate. Os dados inéditos indicam que



a maioria dos tomadores busca o crédito para necessidades emergenciais (pagar outras dívidas, despesas com saúde) e que quase 70% contrataram o crédito sem compreender plenamente o impacto das parcelas em seu orçamento. Mais alarmante, 83% dos pesquisados declararam não saber a taxa de juros que estão pagando, e 54% não receberam qualquer tipo de orientação financeira antes da contratação.

Essa gritante assimetria de informação e a ausência de educação financeira tornam os trabalhadores vulneráveis a práticas abusivas e ao superendividamento, configurando um "comprometimento invisível de um patrimônio de proteção futura". O uso do FGTS e da multa rescisória como garantias levantam alertas sobre a segurança financeira do trabalhador, e sobre os possíveis impactos estruturais na política habitacional "Minha Casa, Minha Vida". O FGTS é a principal fonte de recursos do programa, respondendo por cerca de 80% das unidades contratadas na Faixa 1, e um eventual esvaziamento do fundo pode afetar a moradia popular e agravar o déficit habitacional.

Adicionalmente, a experiência de fraudes massivas em outras modalidades de consignado, como as ocorridas no âmbito do INSS, exige uma discussão aprofundada sobre os mecanismos de prevenção e combate a fraudes e golpes nesse novo modelo, que envolve um vasto volume de dados e recursos de natureza trabalhista. É imperativo que as parcerias com instituições financeiras, a atuação da DATAPREV na operacionalização e os sistemas de controle sejam submetidos a rigorosa análise pública.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), possui competência regimental de velar pela proteção dos direitos humanos e sociais e de incentivar a participação cidadã na construção legislativa, sendo por tal motivo, o fórum mais adequado para esta Audiência Pública. É imperativo que o Senado Federal, por meio da CDH, ouça de forma aberta, plural e democrática todos envolvidos: representantes do Poder Executivo, instituições financeiras, especialistas em direito do consumidor e educação financeira, entidades de defesa



de beneficiários, e, crucialmente, as vozes dos próprios trabalhadores e cidadãos que já vivenciam os impactos dessa política.

Dessa forma, a Audiência Pública se configura como instrumento essencial para a fiscalização efetiva de uma política pública de grande impacto social, a coleta de informações cruciais para eventual aprimoramento legislativo e a garantia da proteção dos direitos e da saúde financeira da população brasileira.

Sala da Comissão, 17 de junho de 2025.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão

